



Ieda Leal: "Questão racial no projeto pedagógico das escolas"

DIVERSIDADE NA AULA

Enquanto as mudanças curriculares previstas pela lei 10.639/2003 só agora começam a ser articuladas por aqui, o governo federal lançou ontem em Brasília o programa do curso a distância "Gênero e Diversidade na Escola", destinado a professores da rede pública. Nessa fase experimental do projeto Goiás ficou de fora, mas a expectativa é saltar de 1,2 mil educadores para mais de 30 mil já em setembro, alcançando então os docentes goianos.

Acordos de cooperação entre municípios, Estados e governo federal foram assinados para oferecer formação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual para os professores da 5ª à

8ª série do ensino fundamental. A proposta principal é fornecer elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruindo preconceitos e rompendo o ciclo de sua reprodução pela escola.

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro espera que a utilização de tecnologias modernas de Educação a Distância (EAD) permita a multiplicação dessa metodologia para todos os municípios brasileiros. O governo federal é responsável pela produção do material didático e disponibilização da tecnologia e dos professores online para atendimentos aos cursistas. O Programa está orçado em R\$ 723 mil. (M. L)

ESCOLAS

CULTURA AFRO: ENSINO NÃO SAIU DO PAPEL

Aprovada há três anos, até hoje a lei 10.639/2003, que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares, não foi implementada em Goiás. Para a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Ieda Leal, a 10.639 corrige uma falha da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, ao determinar a obrigatoriedade da inclusão do tema nos currículos escolares.

"O problema é que a lei ainda não saiu do papel. Mais do que realizar seminários e cursos sobre cultura afro-brasileira e africana, é preciso colocar a questão racial no projeto pedagógico das escolas", defende a sindicalista, que também é coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez. Ela informa que o Sintego pretende disponibilizar material informativo sobre o tema e realizar fóruns de debate nas suas regionais.

Para Ieda, o maior desafio é fazer com que o professor se descubra parte integrante desse contexto. "Não acredito que haja resistência dos educadores em debater a questão racial, que hoje só é lembrada nas escolas nos dias 13 de Maio (Abolição) e 20 de Novembro (Consciência Negra)". A vice-presidente do Sintego cobra das secretarias estadual e municipais de Educação investimento na aquisição de livros sobre o tema e na realização de cursos e seminários de capacitação docente.

CURRÍCULO

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia deve finalizar uma nova proposta curricular até o final de junho, para atender às exigências da lei 10.639/2003. Marcilene Pelegrine Gomes, do Centro de Formação dos Profissionais da Educação da SME, também informa que estão sendo realizados cursos em parceria com o Ministério da Educação (MEC). "Cerca de 95 professores já se inscreveram e, a partir de agosto, em 40 das 200 escolas da rede estaremos ensinando história e cultura afro-brasileira e africana", garante. Marcilene observa que se trata de um processo. "A SME vai fazer o acompanhamento dessas unidades e esperamos implementar a lei a curto prazo".

Na Secretaria Estadual de Educação (SEE) a adequação do currículo à nova legislação também vem sendo debatida. Assessor legislativo da Pasta, Marcos Torres informa que essa discussão, que vem ocorrendo entre técnicos da secretaria e entidades do movimento negro, deve se estender pelo menos até outubro.

O Conselho Estadual de Educação (CEE) incluiu a matéria na sua pauta. Presidente da entidade, José Geraldo de Santana Oliveira disse que já foram realizadas duas audiências públicas sobre a obrigatoriedade de incluir a questão racial nos currículos escolares. "A regulamentação deve ocorrer em agosto", prevê. (Maisa Lima)